

Requerimento teve o apoio de 61 governistas

Marluza Mattos

De Brasília

Três meses depois de iniciar a coleta de assinaturas, as oposições apresentaram oficialmente ontem o pedido para que seja criada no Congresso a CPI da Corrupção, com apoio de 180 deputados (nove além do necessário) e 29 senadores (dois a mais). Elas chegaram a esse número, com apoio de 61 parlamentares de partidos aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso, apesar de o governo ter liberado, desde a última sexta-feira, R\$ 50 milhões para pagar emendas de parlamentares. Elas estavam incluídas nos Orçamentos da União para 1999 e 2000 e ainda não tinham sido liberadas.

A verba corresponde a programas sociais da Caixa Econômica Federal, mas saem da dotação da Presidência da República. De janeiro a abril desse ano, quando ignorava a dimensão do apoio à CPI entre aliados, o governo pagou apenas R\$ 16 milhões em emendas desse tipo. No total há R\$ 500 milhões em restos a pagar daqueles dois Orçamentos, verba que poderá ser utilizada para convencer deputados e senadores a retirar assinaturas de apoio ao requerimento, antes de sua leitura em sessão do Congresso.

O líder do governo na Comissão do Orçamento, deputado Ricardo Barros (PPB-PR) nega que haja relação entre o aumento da

Lista de assinaturas

Governistas têm 61 nomes

Partido	Câmara	Senado
PT	56	7
PMDB	24	8
PSB	17	3
PDT	16	2
PL	15	-
PPS	12	3
PFL	12	3
PC do B	10	-
PSDB	5	2
PPB	4	-
PTB	3	-
PSL	2	-
PV/PTN/PST	3	-
Sem partido	1	1
Total	180	29

Fonte: Congresso Nacional

liberação de recursos e o trabalho do governo para barrar a CPI. "A portaria do Ministério da Fazenda para essa liberação só foi divulgada no dia 4, mas o anúncio da liberação já havia sido feito há 90 dias", disse, atribuindo tudo a um "problema burocrático". Para o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, houve compra de apoios. "O governo está perdido e só sabe fazer balcão". Ele comparou o presidente a seu antecessor Fernando Collor, derrubado por um impeachment. "Mesmo tendo acusações pessoais contra ele, Collor não agiu como FHC. Agora deve haver muita coisa em jogo para o governo agir assim".

Apenas uma assinatura foi retirada ontem, a do deputado Augusto Nardes (PPB-RS), mas o governo festejou ter impedido a adesão de outros quatro deputados do PPB gaúcho. "Não queremos criar problemas para nosso ministro Pratini de Moraes, no momento em que ele já enfrenta a crise da febre aftosa", justificou um dos quatro, Fetter Junior. O deputado João Paulo (PT-SP) acredita que a pressão do governo pode reduzir o número de assinaturas. "Por isso, estamos tentando mais adesões e no momento trabalhamos o apoio de três deputados de Minas". No Senado, o presidente da Comissão de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MT), desistiu de aderir ao requerimento, mesmo queixando-se de pressões do Estado.

"O desgaste de quem retirar assinaturas será ainda maior depois que o requerimento foi protocolado", disse o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE). O requerimento foi entregue ao presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), em clima de festa. Estavam presentes representantes da OAB, ABI, CNBB, UNE, centrais sindicais e movimentos populares. "Estamos prontos para a batalha", desafiou o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (BA). "Se barrar a CPI, o governo estará definitivamente queimado com a opinião pública", disse José Dirceu (PT-SP). (Colaborou Ricardo Amaral, de Brasília)